



O CONCEITO DE FORMAÇÃO SOCIAL E SUA APLICABILIDADE AO ESTUDO DA REGIÃO CANAVIEIRA PERNAMBUCANA-ALAGOANA *

Gustavo de Souza Barbosa ¹

Ione Rodrigues Diniz Morais ²

RESUMO

A economia canavieira desenvolvida no litoral da região Nordeste do Brasil, sobretudo nos estados de Pernambuco e Alagoas, pode ser compreendida a partir de diversos aportes teórico-metodológicos, dentre eles, o conceito de Formação Social, proposto por Milton Santos, e o viés espacial que possui. Diante do exposto, o artigo objetiva validar a aplicabilidade do conceito à compreensão da região canavieira pernambucana-alagoana. Como objetivos específicos visa-se debater os conceitos de Região e a análise regional; examinar o estudo de regiões produtivas e; identificar a relação entre Estado e região produtiva. Em termos metodológicos, partiu-se da revisão de obras do próprio Milton Santos e de outros autores que se utilizaram do conceito de Formação Social em seus estudos. Para construção do recorte espacial de análise realizou-se o levantamento de dados quantitativos sobre a produção canavieira em diferentes escalas do território nacional. Ao longo das discussões pode-se observar a viabilidade do conceito em tela para análise de diferentes espaços e realidades. Como resultado, conclui-se que a compreensão da região canavieira ora delimitada pode efetivar-se a partir do conceito de Formação Social.

Palavras-chave: Formação Social, Região Canavieira, Pernambuco, Alagoas.

ABSTRACT

The sugarcane economy developed on the coast of the Northeast region of Brazil, especially in the states of Pernambuco and Alagoas, can be understood from various theoretical-methodological contributions, including the concept of Social Formation, proposed by Milton Santos, and the spatial bias that have. Given the above, the article aims to validate the applicability of the concept to the understanding of the Pernambuco-Alagoas sugarcane region. As specific objectives, the aim is to debate the concepts of Region and regional analysis; examine the study of productive regions and; identify the relationship between the State and the productive region. In methodological terms, it started with a review of works by Milton Santos himself and other authors who used the concept of Social Formation in their studies. For the construction of the spatial analysis, a survey of quantitative data on sugarcane production at different scales in the national territory was carried out. During the discussions, the feasibility of the concept on screen can be observed for the analysis of different spaces and realities. As a result, it is concluded that the understanding of the sugarcane region now delimited can be carried out from the concept of Social Formation.

Key words: Social Formation, Sugarcane Region, Pernambuco, Alagoas.

* Reflexões elaboradas a partir de discussões desenvolvidas no âmbito dos estudos de doutoramento.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN. Licenciado e Mestre em Geografia pela UFPE. Professor do IFPE *Campus* Recife, gustavosouza@recife.ifpe.edu.br;

² Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela UFRN, licenciada em Geografia pela mesma instituição. Professora Titular do Departamento de Geografia da UFRN, ionerdm@yahoo.com.br;



INTRODUÇÃO

A cultura da cana-de-açúcar durante grande parte da história econômica brasileira desenvolveu-se predominantemente na faixa litorânea à nordeste do território,

[...] desde o descobrimento do Brasil que a cultura da cana foi introduzida no país [...]. Ela, porém, ganhou maior importância em algumas áreas, como no Recôncavo da Baía de Todos os Santos, na chamada “zona da mata” de Pernambuco e nas capitanias vizinhas e nos séculos que se seguiram, no Baixo Paraíba, região polarizada pela cidade de Campos, nas áreas próximas às zonas de mineração de Minas Gerais e naquelas situadas na capitania de São Paulo, ao oeste da capital. Dessas áreas, as que tiveram mais destaque no século XIX e início do século XX foram a Zona da Mata nordestina, o Recôncavo da Bahia e a planície de Campos (ANDRADE, 1988, p. 40).

A longa economia canavieira nordestina, apesar da sua atual decadência, foi responsável pela transformação de determinada porção desta região e cristalização de elementos materiais e imateriais cujas reflexões podem partir dos mais variados aportes teórico-metodológicos.

Uma das maneiras de compreender o espaço geográfico e sua dinâmica é por meio da noção de Formação Econômica e Social que, integrante do pensamento marxista, refere-se à evolução diferencial das sociedades em seu quadro próprio e em relação ao meio externo, de onde frequentemente lhes provém o impulso mediante a produção, ou seja, o trabalho de transformação do espaço pelo homem conforme leis determinadas historicamente (SANTOS, 1977). É a partir deste conceito³ que Santos (1977) propõe o termo “Formação Social”⁴ mediante o reconhecimento do espaço como uma das esferas da vida. Conforme o próprio autor, sua proposta “não visa a acrescentar uma só linha ao debate semântico sobre as formações sociais, mas sugerir uma nova dimensão – a dimensão espacial [...]” (SANTOS, 2012b, p. 247), ou seja, propõe que no quadro de análise da evolução de uma determinada sociedade seja também considerado o aspecto espacial sob qual ela se desenvolve.

A partir da utilização do conceito sob o olhar proposto por Santos (1977), o artigo objetiva validar sua aplicabilidade à compreensão da região produtiva de cana-de-açúcar dos estados de Pernambuco e Alagoas, maiores produtores do Norte-Nordeste do Brasil. Como objetivos específicos visa-se debater os conceitos de Região e a análise regional; examinar o estudo de regiões produtivas e; identificar a relação entre Estado e região produtiva.

³ Conforme Santos (2012a), um conceito é uma abstração extraída da observação de fatos particulares, estes, que só tem significado se considerado o conjunto no qual estão inseridos.

⁴ Quanto à nomenclatura, Santos (2012b) propõe três possibilidades: formações socioeconômicoespaciais; formações socioespaciais, para abreviar e; exclusivamente, formações sociais, pois considera que estas jamais se realizam fora do espaço.



Em termos metodológicos, além da revisão de obras do próprio Milton Santos, foram considerados outros autores que se utilizaram do conceito de Formação Social em seus estudos. Para construção do recorte espacial de análise realizou-se o levantamento de dados quantitativos sobre a produção canavieira em diferentes escalas do território nacional. Ao longo das discussões pode-se observar a viabilidade do conceito em tela para análise de diferentes espaços e realidades. Como resultado, conclui-se que a compreensão da região canavieira ora delimitada pode efetivar-se a partir do conceito de Formação Social.

Na esteira do movimento de renovação da Geografia, Santos (2012b, p. 240) definiu o objeto desta ciência como o “estudo das sociedades humanas em sua obra de permanente reconstrução do espaço herdado das gerações precedentes através das diversas instâncias da produção”. A partir desta interpretação, o autor considera que o conceito de Formação Social, por sua natureza totalizante, é o mais adequado aos estudos geográficos, pois,

é através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma **ordem espacial** de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio particular, às coisas, aos homens a às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço respectivo (SANTOS, 2012b, p. 236, grifo do autor).

Santos (2012a), ao considerar a Formação Social como o conceito que mais se adequa ao estudo da sociedade e do espaço por ser capaz de expressar a totalidade espacial em seu movimento, tanto como uma potencialidade quanto uma realidade, traz para a Geografia uma abordagem singular no que se refere à sua aplicação.

É na formação espacial “[...] que se entrecruzam determinações gestadas em diversas escalas, do geral e do particular, assim como emergem contingências” (CORRÊA, 2000, p. 124). Para o autor (CORRÊA, 2000), o conceito possibilita a assimilação da intrincada pluralidade de interpretação das ações do homem sobre a superfície terrestre numa só unidade conceitual e, ao mesmo tempo, real, tornando-se útil à geografia regional por torná-la livre da abordagem calcada na unicidade de regiões e lugares. Segundo Corrêa (2000, p. 123), “a importância do conceito [...] reside no fato de ele permitir que se considere processos, funções e formas em suas concretizações espaçotemporais diferenciadas mas, ao mesmo tempo, particularmente sob o capitalismo, integradas”. A abordagem totalizante e capaz de reconhecer a materialização das transformações temporais e espaciais promovidas e unidas sob a economia capitalista, é outra dimensão do conceito que o aproxima da abordagem materialista-dialética.



Para delimitação do recorte espacial de estudo tomou-se como critério pré-estabelecido o caráter histórico da Formação Social, neste sentido, a região Nordeste do Brasil destaca-se quanto à instalação e desenvolvimento da cultura canavieira e estabelecimento de uma formação social a ela atrelada.

A atividade canavieira durante grande parte da história econômica do Brasil desenvolveu-se sobretudo na faixa oriental do litoral nordestino. Contudo, a partir da década de 1950, o estado de São Paulo tornou-se o principal produtor de cana-de-açúcar do país superando os tradicionais estados produtores do Nordeste e dando início à expansão da cultura por toda a Bacia do Paraná (IBGE, 2017). No Nordeste, atualmente os maiores produtores são Alagoas e Pernambuco, que, do ponto de vista individual ou tomado num só conjunto, destacam-se no cenário nacional tanto em relação à atividade canavieira exterior à região Centro-Sul quanto à produção intrarregional nas escalas Norte-Nordeste e Nordeste, correspondendo, respectivamente, a 55% e 60% da produção canavieira destes recortes (PAM, 2019).

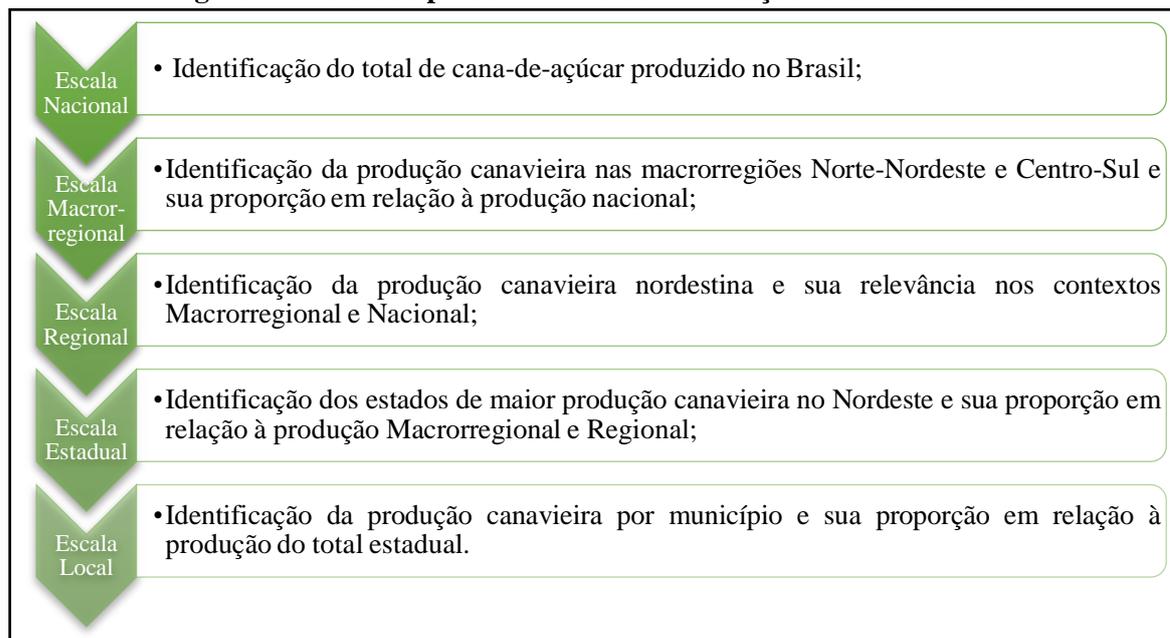
Apesar da distribuição geográfica da atividade canavieira no Brasil atualmente concentrar-se no Centro-Sul, importante porção do Norte-Nordeste carrega significativo valor em relação à paisagem e à história brasileiras construídas mediante o cultivo da cana-de-açúcar. Tratar de certa temática em âmbito regional, de antemão, requer o abandono de recortes preestabelecidos e a instituição de novos com o objetivo de reconhecer em quais porções do território a atividade efetivamente se espacializa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de delimitação do recorte regional de análise como fonte de dados primários utilizou-se a pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM, 2019) iniciada pelo Ministério da Agricultura em 1938. Realizada anualmente, a PAM fornece, via SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), “informações estatísticas sobre quantidade produzida, área plantada e colhida, rendimento médio e valor da produção agrícola” (PAM, 2021). Os dados, a partir de 1974 fornecidos sob diferentes escalas territoriais, consideram um hectare de área ocupada com a cultura e uma tonelada de produção em relação a 64 produtos agrícolas: 31 culturas temporárias, dentre elas a cana-de-açúcar, e 33 lavouras permanentes.

A partir dos dados relativos à produção de cana-de-açúcar em diferentes escalas disponibilizados pela PAM (2019), realizou-se o reconhecimento das áreas onde a atividade mais se destaca, sua relação com outras dimensões e a construção do novo recorte mediante a definição de escalas de aproximação e de objetivos particulares e inter-relacionados (Figura 1).

Figura 1 – Escalas e procedimentos de delimitação da área de estudo



Fonte: elaborado pelos autores.

Mediante os procedimentos adotados, identificou-se no território brasileiro uma produção canavieira de 752.895.389 toneladas (PAM, 2019), a maior parte (93%) concentrada na macrorregião Centro-Sul (regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul). No contexto macrorregional Norte-Nordeste, o Nordeste respondeu por 92% da produção e, em termos nacionais, figurou como a terceira maior região canavieira do país, responsável por 6,9% da produção.

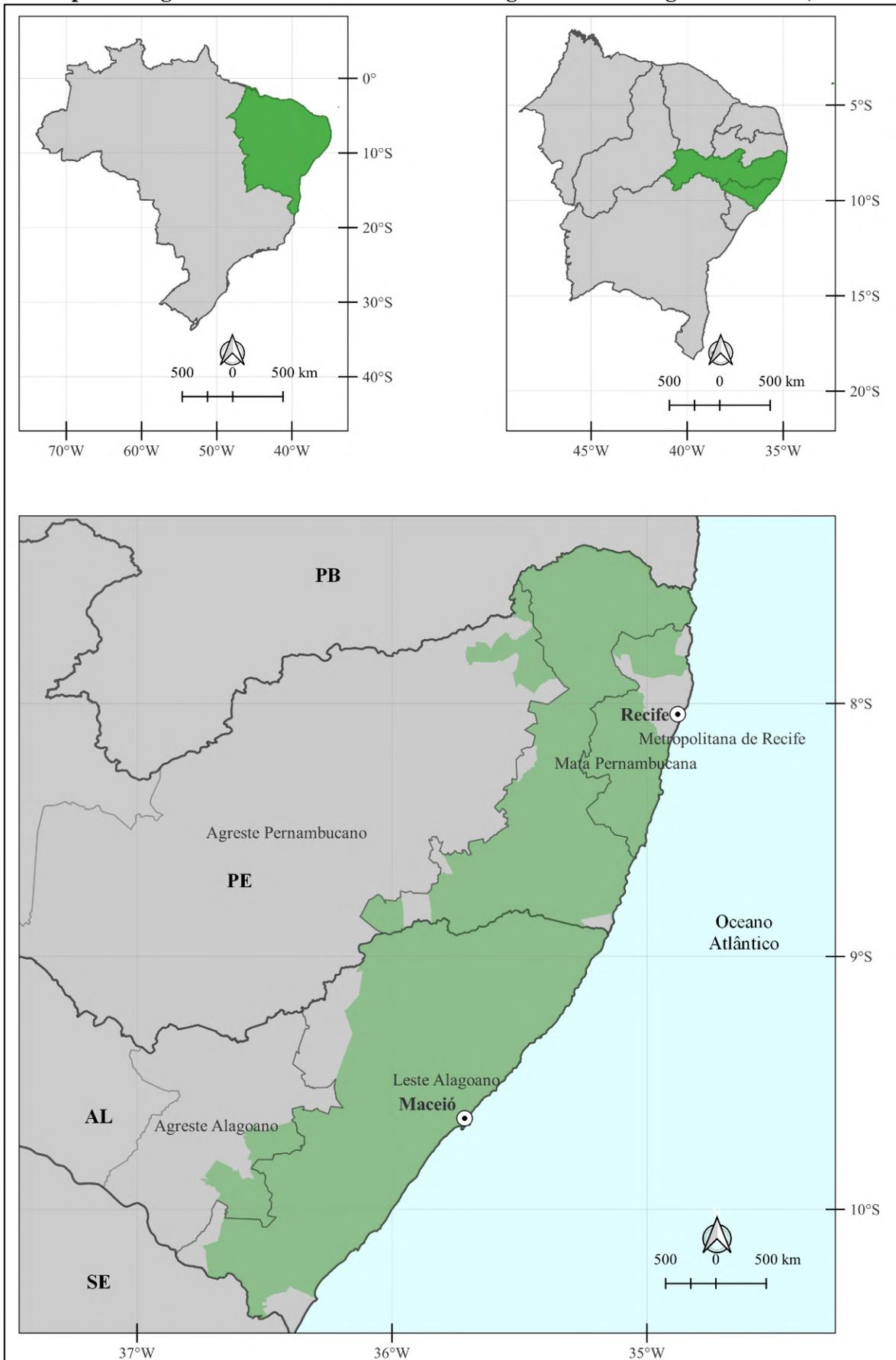
Tanto na escala Norte-Nordeste quanto no âmbito nordestino, Alagoas e Pernambuco destacam-se como os maiores produtores de cana-de-açúcar, respondendo, respectivamente, por 33,4% e 21,7% da produção macrorregional e 36,2% e 23,5% da produção regional (PAM, 2019). Em Pernambuco, 50 dos seus 185 municípios destacam-se na produção canavieira (27%) formando uma área contínua de 10.784,41 km² (11% do território estadual e 46% da região canavieira identificada). Em Alagoas, 49 dos seus 102 municípios (48%) destacam-se quanto à presença da atividade canavieira e formam uma área contínua de 12.678,45 km², 45% do território estadual e 54% da região canavieira (IBGE, 2020).

Os procedimentos adotados possibilitaram a delimitação de uma área particular tomando como pano de fundo os limites estaduais e, sobre eles, traçando um recorte a partir dos territórios municipais numa continuidade espacial⁵. Configura-se, assim, o recorte espacial aqui chamado “região canavieira pernambucana-alagoana” (Mapa 1).

⁵ Conforme Di Méo (1985 p. 666), “o conceito de formação socioespacial implica que a identidade coletiva se refere a territórios com um mínimo de contiguidade espacial”.



Mapa 1 – Região Canaveira Pernambucana-Alagoana e Mesorregiões estaduais, 2019



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2019), IBGE (2020). Elaborado pelos autores.



Quanto à aplicabilidade do conceito de Formação Social outros autores colocaram-se na vanguarda quanto às reflexões. Neste sentido, Mathieu (1974) ao definir como a principal questão da geografia humana a identificação e designação das formações espaciais fruto do desigual desenvolvimento das forças produtivas e das transformações nas relações de produção e sociais traz a aplicação do conceito para a determinação de singularidades. Semelhante aplicação é proposta por Di Méo (1985) a partir da problemática quanto ao reconhecimento das escalas microrregional ou local como estruturas privilegiadas para o planejamento. Para o autor, a utilização do conceito é a ferramenta mais adequada para tal reflexão pela ênfase que dá às relações entre o espaço e a sociedade (DI MÉO, 1985).

Segundo Cruz (2003), o processo de diferenciação entre os lugares⁶ ocorre a partir das variadas Formações Sociais que, por sua vez, representam modos de produção singulares. A Formação Social configura-se, assim, como elemento de homogeneização de determinada porção do espaço ao considerar tanto o modo de produção quanto a formação econômica e social neles localizados⁷.

Santos (1977), mesmo reconhecendo que o conjunto de relações características de determinada sociedade tem um significado específico para cada lugar, ressalta que tal significado não pode ser compreendido de forma apartada da totalidade. No conceito de Formação Social por ele proposto a compreensão do todo e a ideia de totalidade se fazem presentes. A localização espacial dos homens, atividades e coisas é resultado não só de necessidades externas, as quais atribui ao modo de produção “puro”⁸, mas também de necessidades internas representadas pela Formação Social propriamente dita. Tanto modo de produção quanto formação social permanecem em constante diálogo, pois,

nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais [...], **as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo** (SANTOS, 1977, p. 84, grifo nosso).

⁶ Adota-se a definição proposta por Santos (2012a) em relação ao termo “lugar”. Segundo o autor, este é o resultado da combinação espacialmente seletiva de variáveis diferentemente datadas.

⁷ Segundo Amin (1976), uma formação social é um complexo organizado de vários modos de produção.

⁸ Santos esclarece que “quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado **político** ou **ideológico**. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator” (SANTOS, 1977, pp. 90-91, grifo nosso).



A historicidade do espaço é outro ponto de destaque em relação às Formações Sociais. Sendo a realidade compreensível e mutável a partir da história mundial aliada à história da sociedade local, Santos (1977) reitera que a própria história não se escreve fora do espaço, pois não há sociedade a-espacial, o próprio espaço é social. Assim como,

as sociedades históricas são “formações” que por um lado combinam modos de produção e por outro organizam as relações entre a sociedade local e outras sociedades, as quais se manifestam pela existência de relações de comércio a longa distância. [...] As formações sociais são, portanto, estruturas concretas, organizadas, caracterizadas por um modo de produção dominante e pela articulação à volta deste de um conjunto complexo de modos de produção que a ele estão submetidos (AMIN, 1976, p. 12).

Em relação à compreensão da realidade nacional, Santos (2012b) considera ser extremamente útil o conceito de Formação Social pelo fato de poder ser aplicado a uma sociedade precisa. Para ele, “os **Estados-nações**, formações sociais e totalidades legais e legítimas, são **também a unidade geográfica de estudo**” (SANTOS, 2012b, p. 224, grifo do autor). Apesar de formarem uma unidade em termos legais pode-se questionar sua unicidade em termos geográficos e de formação social. A própria natureza de porções territoriais e os processos socioeconômicos nelas inseridos podem resultar em diferenciações internas.

Ainda que inserida numa totalidade, tal sociedade apresenta especificidades e particularismos que necessitam ser realçados para que o estudo das suas realidades concretas permita ações também concretas. Neste sentido, a aplicabilidade do conceito de Formação Social à compreensão do espaço geográfico pode ser realizada sobre outras escalas.

Conforme reitera Santos (1979; 2012a), o Estado-Nação é uma Formação Social, uma totalidade, caracterizando-se como a unidade geográfica de estudo por sua função intermediária entre forças externas e dados internos. Para Milton Santos, o Estado, a estrutura socioeconômica de cada país, torna-se ainda mais específica conforme suas próprias transformações mediante o impulso de fatores internos e externos (SANTOS, 2012b). Para o autor (SANTOS, 1979), as escalas meso e microespacial são subespaços e a região, sem existência autônoma, é uma simples abstração se tratada separadamente do espaço nacional como um todo.

O Estado-Nação, contudo, não é o único recorte espacial passível de ser considerado no estudo das Formações Sociais. Segundo Corrêa (2000), a formação social brasileira, assim designada sob uma dada escala, mostra-se, quando alterada a dimensão de análise, composta por grande diversidade interna resultante de arranjos desiguais, tanto temporal quanto espacialmente, de processos naturais e sociais.



O próprio Santos (2012b) reconhece a utilização da expressão por alguns autores em relação a outras escalas. Mathieu (1974), utiliza o termo para identificação, aparentemente, de regiões homogêneas no território francês mediante as relações entre a cidade e o campo e a organização espacial a elas correspondente. Em sua análise ressalta o equívoco em se considerar a urbanização como um processo capaz de apagar as distinções espaciais vivas no território nacional. Salienta que não existe padronização do espaço e processo linear, mas saltos qualitativos relevantes que revelam formações espaciais singulares nas quais o modo de vida não tem continuidade com os espaços urbanos. Mathieu (1974) reconhece que o tema urbano não é capaz de fornecer uma teoria geral quanto à evolução do sistema social na França e suas formações espaciais. O que permitiria era a identificação de regiões homogêneas neste aspecto que poderiam abranger formações espaciais particulares.

Outro estudo no qual aplica-se o conceito de Formação Social a uma escala não estatal é o desenvolvido por Rofman e Romero (1974) sobre o caso concreto de uma zona deprimida na Argentina. Segundo Santos (2012b), um trabalho exemplar quanto à significação do particular dentro do geral. Na obra, os autores (ROFMAN; ROMERO, 1974) descrevem as formas de estruturação espacial da Argentina através do seu desenvolvimento histórico e concluem, dentre outros aspectos, que o processo de conformação espacial se caracteriza pela acentuação das tendências herdadas. Segundo eles, o processo de desequilíbrio inter-regional não é estritamente um fenômeno entre regiões mais ou menos favorecidas, mas entre os setores ou classes que atuam nos respectivos setores produtivos e os efeitos espaciais do seu comportamento (ROFMAN; ROMERO, 1974).

Como ferramentas metodológicas, Di Méo (1985) considera que as Formações Sociais definem, para fins operacionais, unidades geográficas coerentes de tamanho microrregional capazes de permitir a prática descentralizada e, se possível, autônoma do planejamento. Reconhece-as como inseparáveis do Estado ao qual pertencem, mas considera que, por sua própria configuração, condicionam tanto a natureza das práticas quanto as relações sociais que abrigam e que permitem certa liberdade de relações e produções sociais.

O conceito de Formação Social aplica-se também à abordagem de dimensão escalar regional. Para analisar o processo de declínio demográfico em curso nos pequenos municípios do noroeste do Paraná, Endlich (2006) aplica tal conceito, considerando que, especificamente, “**nesta área constitui-se, em ritmo acelerado, uma formação socioespacial**, baseada num complexo econômico capitalista fundamentado na economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 12, grifo nosso). Assim, a autora exemplifica a aplicação do conceito para a análise regional, apresenta outra possível escala de abordagem, além do Estado-nação, e reitera que não existe



[...] uma correspondência geográfica específica que possa ser atribuída ao conceito de formação socioespacial, no sentido territorial desta expressão (pode ser tanto uma região, quanto um país, entre outras possibilidades), ou seja, seus limites não coincidem precisamente a determinados recortes [...] (ENDLICH, 2006, p. 64).

Corrêa (2000), ao considerar a estrutura social como importante elemento para compreensão de determinada rede urbana, remete sua abordagem ao conceito de formação social desenvolvido por Santos (1977). No Brasil, na virada do século XX para o XXI, coexistiriam três formações espaciais distintas gestadas muito anteriormente: uma fundada na grande propriedade rural, outra na pequena propriedade rural dos imigrantes europeus e uma formação espacial de fronteira (CORRÊA, 2000). Tais formações, integradas entre si, constituiriam uma “diversidade na unidade” (CORRÊA, 2000, p. 126).

O conceito de Formação Social, portanto, aplica-se a espacialidades além do Estado-Nação, podendo ser utilizado de forma satisfatória desde à análise espacial referente à determinado tema, como a urbanização e a desigualdade econômica, até o planejamento territorial, conteúdos que não necessariamente limitam-se a escalas rigidamente determinadas.

As condições gerais e particulares de cada Formação Social são definidas conforme seus “lugares geográficos e seus momentos históricos” (SANTOS, 2012a, p. 28). Os lugares, resultado da combinação espacialmente seletiva de variáveis diferentemente datadas, “uma fração do espaço total [...]” (SANTOS, 2012a, p. 30), podem ser lidos como uma região sob a qual atua uma lógica maior, a da formação social nacional como um todo (SANTOS, 2012a).

Adentrando-se especificamente no debate quanto à região, principalmente na escala dos países então chamados subdesenvolvidos, Santos (2012a) ressalta que, nos anos 1980, argumentava-se que tal noção não seria capaz de resistir às configurações econômicas mediante a internacionalização do capital, sobretudo por seu comportamento geralmente determinado pelos países centrais. Nas nações subdesenvolvidas, contudo, a região parecia dotada de certa autonomia. A integração tardia do território não havia criado metrópoles de atuação nacional, conseqüentemente, as chamadas metrópoles regionais exerciam o comando em relação a uma série de atividades, como o fornecimento de bens e serviços exigidos pelo processo de produção e consumo e a coleta da produção realizada pela área sob seu comando. A inexistência de uma real integração nacional, concomitantemente, favorecia a relação das regiões com os centros do sistema mundial: cada área exercia funções atribuídas ao território nacional ou colonial como um todo, mas estritamente localizadas. A inexistente mobilidade de fatores dava à região



aparente funcionamento conforme uma lógica particular desvinculada das relações com o país e com o sistema mundial como um todo (SANTOS, 2012a).

Independente da espacialidade sob a qual se encontra, seja no mundo desenvolvido ou subdesenvolvido, a região, mesmo caracterizando-se como condição de realização de múltiplas produções, instituições e firmas que organizam o espaço segundo diretrizes próprias, não dispõe de autonomia (SANTOS, 2012a). Os elementos fixos que dão ao espaço regional uma configuração particular são dotados de existência autônoma, mas não de funcionamento livre. A região configura-se efetivamente como um lugar funcional do todo, “lôcus de determinadas funções da sociedade em um momento dado [...]” (SANTOS, 2012a, p. 89).

A definição do recorte regional como um subespaço nacional, sua gênese a partir das divisões espaciais do trabalho ao longo do tempo e a respectiva produção de instrumentos de trabalho fixos atrelados ao processo produtivo em suas diversas órbitas (SANTOS, 2012a), demanda que a compreensão do fenômeno regional ocorra, ao menos, sobre dois olhares: a sua configuração interior quanto à produção e sua relação exterior com o Estado. O estudo regional, portanto, sob o olhar da Formação Social, deve considerar que esta organiza-se,

[...] à volta da forma pela qual é gerado o excedente característico dessa formação, das transferências eventuais de excedentes provenientes ou em direção a outras formações, e da distribuição desse excedente entre as diferentes partes que deles se apropriam (classes e grupos sociais) [...]. Assim, a análise de uma formação concreta exige que seja elucidada a questão da dominância de um modo de produção sobre os outros e também a da forma de articulação destes modos de produção (AMIN, 1976, p. 22).

O conceito de Formação Social quando aplicado ao estudo de diferentes dimensões do espaço geográfico que vão além da esfera política-territorial do Estado-nação, assim como em relação a este, demandam reflexões multiescalares em dimensão tanto interna quanto externa. Escalas que se relacionam mutuamente em seu processo de construção e transformação. Neste sentido, a delimitação de uma escala regional de estudo mantém sua pertinência quanto à integração e relação com a totalidade do espaço geográfico, sobretudo em seu aspecto econômico mediante a relevância atribuída ao modo de produção para sua compreensão. O conceito de região e sua análise figuram como importantes elementos para o estudo e reflexão sobre determinado recorte da totalidade do espaço geográfico.

A temática regional é antiga na ciência geográfica, assim como o próprio termo região, desde cedo presente tanto nas análises de importantes autores, como o próprio La Blache, quanto no “linguajar do homem comum” (CORRÊA, 1990, p. 22). Por mais que a questão regional tenha passado por diferentes momentos, da depreciação à valorização e vice-versa, a



região não deixou de fazer parte do cotidiano do geógrafo e do não geógrafo, tornando-se a busca por uma divisão regional mais adequada “uma das maiores preocupações do geógrafo e do planejador” (SANTOS, 2008, p. 137).

Segundo Lencioni (2009, p. 23), “a noção de região, da forma mais genérica possível, contém a ideia de parte de um todo”. Dollfus (1978, p. 99) reitera que “o espaço regional não é uma porção qualquer da superfície terrestre [...]. É uma porção organizada de acordo com um sistema e que se insere num conjunto mais vasto”. A concepção de região como parcela de algo é recorrente na Geografia.

Corrêa (1990, p. 22, grifo do autor) ressalta que para o homem comum ou a Geografia o termo região “está ligado à noção fundamental de **diferenciação de área**, quer dizer à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si”. São os recursos (população, força de trabalho, capital, excedentes, etc.) que, distribuídos de diferentes formas e combinados localmente a cada momento histórico, são responsáveis por tal diferenciação dentro do espaço total, conferindo a cada lugar ou região “sua especificidade e definição particular” (SANTOS, 2012c, p. 108). A variada distribuição e combinação de recursos são os elementos que proporcionam a diferenciação das áreas, a criação e/ou identificação de regiões.

Conforme Kayser, a região é

uma fração da superfície terrestre inscrita em um quadro natural que tanto pode ser homogêneo como diversificado, moldado por comunidades interligadas por relações de complementaridade e organizadas em torno de um ou de vários centros, mas todas dependentes de um conjunto mais vasto (KAYSER, 1975 apud DOLLFUS, 1978, p. 105).

Seja num espaço natural uniforme ou não, a região, conforme exposto, articula-se ao todo por interconexões estruturadas ao redor de um ou vários núcleos vinculados a um complexo maior. Ao conceito de região, assim definido, atrela-se à noção de rede.

As variadas definições de região, tais como “parte de um todo” (LENCIONI, 2009), “porção organizada de um sistema” (DOLLFUS, 1978), “área diferenciada” (CORRÊA, 1990), trazem imprecisão, por exemplo, quanto à definição do que seria o todo (natureza, sociedade, planeta); o sistema ao qual a região seria uma porção organizada (sistema natural, social, econômico) e a natureza da diferenciação regional (aspectos físicos, humanos, socioeconômicos). A imprecisão do termo, reconhecida por Dollfus (1978), que transparece por meio da quantidade e variedade de adjetivos que o acompanham, originam não só a região, mas uma região “natural”, “histórica”, “econômica”, dentre outras.



As definições de região, embora próximas, são imprecisas, e a série de adjetivações que o termo possui abre um leque para reflexões quanto a sua natureza, contribuindo para a análise regional, a qual possui como objeto

a área de extensão de um fenômeno susceptível de conferir individualidade a uma parte do espaço; implica o estudo do mecanismo dos processos que se combinam em sistemas que por sua vez explicam a criação, o crescimento e o depercimento de uma região. Mas implica também, como toda pesquisa geográfica, o estabelecimento de comparações. Os estudos regionais não consistem apenas em monografias [...]. Esses estudos exigem igualmente que cada fenômeno seja situado no interior de uma escala e que se observem as relações estabelecidas nos diferentes níveis, desde as combinações locais até os grandes conjuntos espaciais (DOLLFUS, 1978, p. 107).

A análise regional, portanto, consiste na identificação do(s) processo(s) responsável(is) pela individualidade do recorte e na sua escala de atuação. Em outras palavras, determina-se o “tipo” de região, seu “adjetivo” (natural, econômica, urbana, etc.) e seus limites territoriais, todos, porém, mutáveis ao longo do tempo, no espaço. A região evidencia-se não como um recorte sólido. Dollfus (1978, p. 105), por exemplo, a reconhece “como uma individualidade geográfica, [...] um organismo que nasce, se desenvolve e perece”.

Seja ponto de partida ou de chegada, a análise regional faz-se presente nos estudos geográficos como uma forma de afirmação ou negação quanto aos recortes regionais propostos e identificação das limitações impostas pelo(s) elemento(s) considerado(s). A natureza da pesquisa e o interesse do pesquisador surgem também como variáveis que são claramente expostas ou não mediante o estudo regional e a delimitação do seu recorte. Dentre outros fatores que podem ser considerados para definição da região, está seu aspecto econômico, por exemplo, sua produção de maior destaque. A escolha do elemento chave de definição regional demanda diferentes olhares, conceitos e elementos a serem considerados para a análise e compreensão.

Neste sentido, quanto às regiões produtivas, Santos (2012a) ressalta a necessidade de identificação do fenômeno que se quer compreender e sua relevância para a realidade social global. Tal procedimento gera dois resultados paralelos: o melhor conhecimento da parcialidade que é o fenômeno através do reconhecimento da sua inserção no todo e o melhor conhecimento do próprio todo a partir da melhor compreensão do que é uma de suas partes.

O estudo e a delimitação de uma região produtiva como unidade espacial de análise, dentre outras demandas, exige sua localização, definição, reconhecimento como resultado de processos produtivos novos e antigos, identificação da massa regional e sua deterioração e a compreensão das suas interações, internas e externas, em nível e intensidade.



A seletividade do subespaço quanto à recepção das novas variáveis, que nem sempre são de uma mesma geração, é um dos fundamentos da distinção das paisagens na superfície terrestre, assim como sua inclinação em manter relações garante sua individualidade e definição particular (SANTOS, 2012a). São as características regionais e sua flexibilidade ou não a novos elementos que permitem sua própria existência particular, mas dependente do todo.

O reconhecimento do processo produtivo em sua evolução fornece as relações que se deseja captar com a Natureza e o passado, entre as classes sociais e com as áreas externas. Relações estas presididas pelo processo imediato de produção caracterizado pelo trabalho para produzir o bem em determinado período histórico e área (SANTOS, 2012a). Dois enfoques complementares são necessários: a **compreensão do presente**, entendimento de como configura-se na atualidade a região produtiva; e a **reconstituição de sua evolução**, procedimento que corrobora para a melhor compreensão quanto à temporalidade atual. Neste processo evolutivo, do passado ao presente, as variáveis que atuam sobre a região aumentam de quantidade e, ainda que nominalmente sejam as mesmas na atualidade que nas fases anteriores, são adaptações ocorridas a cada período. As alterações e o comportamento das variáveis ao longo do tempo contribuem também para a construção de uma periodização, esta, que deve ser, concomitantemente, socioeconômica, política e espacial (SANTOS, 1979). A definição de recortes de tempo, sob este viés, toma dimensões totalizantes e inter-relacionadas.

A identificação da estrutura interna da região produtiva permite o conhecimento quanto às diversas articulações que regem a existência, funcionamento e arranjo desta fração da realidade e possibilita a verificação dos vínculos do fato estudado com outros eventos e com a totalidade dos fenômenos. A região produtiva assume, em relação ao sistema, à totalidade, o papel de um elemento, subespaço ou subsistema regulado por preceitos particulares quanto à acomodação do modo de produção ao espaço local; contudo, em relação a si própria, a região produtiva configura-se efetivamente como um sistema (SANTOS, 2012a). São as variadas escalas de análise que permitem a observação de diferentes comportamentos e características do recorte regional quanto a si e seu exterior.

Outro elemento a ser considerado na análise quanto à região produtiva e sua leitura como Formação Social é a sua organização, a interligação entre os elementos, que Santos (2012a, p. 24) define como o “conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área”. Podendo ser de diferentes escalas, a organização possui um papel de ordenação imposta que continuamente se opõe às orientações do próprio dinamismo ao estender a permanência de determinada função, conferindo um encadeamento e estabilidade favoráveis aos controladores do arranjo (SANTOS, 2012a) que, em muitos casos, pode ser o



próprio Estado, essencialmente representativo dos interesses dominantes, visto que os recursos são prioritariamente utilizados a serviço do capital (SANTOS, 2012a).

O papel e a funcionalidade do Estado, contudo, podem variar, tanto temporal quanto espacialmente, por exemplo, nas zonas pioneiras dotadas de infraestrutura incipiente⁹. Santos (2012a) reitera que a ação do Estado se torna fundamental por sua criação de fixos básicos à serviço da produção ou do homem. De forma geral, o Estado é o responsável pela criação dos fixos necessários para o exercício de formas mais complexas de cooperação, mas, sua ação não se limita ao domínio das formas, inclui também as funções. O parcelamento ou reparcelamento de terras, o traçado das vias ou a criação de novas municipalidades são exemplos de criação de formas pelo Estado que trazem implicações socioeconômicas e políticas tendo efeito, respectivamente, sobre a fertilidade original, a posição das terras em relação à rede de caminhos que valoriza de modo diferencial as porções do solo ocupado e a criação de novos fixos físicos e humanos (serviços e funcionários) que podem garantir maior volume de fluxos e mais visibilidade a determinado ponto do espaço do que a outro (SANTOS, 2012a).

Os fixos basilares criados atraem fluxos. Desta forma, é a esfera governamental, estatal, que orienta, determina a viabilidade e direção dos fluxos econômicos e humanos; estes, criam fixos na esfera do mercado, sobretudo, quando os fixos de origem pública são insuficientes para suprir a demanda (SANTOS, 2012a). A relação entre o Estado e o mercado, contudo, mostra-se conflituosa mediante o significado das variáveis que trazem. Geralmente o Estado, ainda que por vezes portador do novo, assume o papel interno, de garantia da permanência do velho, sobretudo quanto ao aspecto social, enquanto que o mercado é o externo, o novo. O conflito se dá a partir do momento em que o mercado necessita do Estado para se realizar. Atualmente os mecanismos de mercado, onde lhes convém, trazem o novo e conservam o velho, impõem o externo ao interno e arrastam o Estado, com seu apoio deliberado ou não, para o campo dos seus interesses (SANTOS, 2012a). Cria-se uma estrutura híbrida marcada pela existência e inter-relação de elementos contraditórios numa mesma realidade temporal e espacial, a exemplo de outros pares dialéticos além do novo-velho, como moderno-arcaico, riqueza-pobreza, transformação-permanência.

⁹ Segundo Waibel (1955, p. 390), zona pioneira é uma “zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada”. Por tratar-se no caso em estudo de uma zona de início ainda “virgem” e sem região “civilizada” próxima, ou seja, sem fixos e ainda não utilizada a serviço do homem, acredita-se que a aplicação do termo “zona pioneira” pode ser realizada como forma de aproximação quanto à região produtiva de cana-de-açúcar dos estados de Pernambuco e Alagoas em relação ao seu período de ocupação pelo colonizador.



Em relação à região, o Estado é o conjunto de instituições que atuam sobre ela (governos do estado, dos municípios, organismos federais). Sua intervenção pertence à lógica do funcionamento da formação social nacional como um todo e, em certos casos, favorece alguns e prejudica outros de forma direta ou por suas consequências (SANTOS, 2012a). A incidência das relações sociais sobre formas envelhecidas, fixos de épocas passadas instalados a partir de uma lógica própria, assegura aos espaços um lugar na hierarquia dos papéis (SANTOS, 2012a). Quanto à totalidade, são estas cristalizações que definem a posição de determinados espaços, por exemplo, quanto à divisão territorial do trabalho.

A cada momento histórico a região configura-se como o melhor lugar para a realização de certas atividades. Nela, os capitais fixos são geografizados conforme a lógica do momento de sua criação, o que tem incontestável papel de inércia, de imobilidade (SANTOS, 2012a), construção de estruturas permanentes na paisagem que dificultam sua própria transformação.

Uma região produtiva pode ser definida como fruto das possibilidades atreladas a uma certa presença nela de capitais fixos que exercem um papel ou funções técnicas definidas e das condições do seu funcionamento econômico (SANTOS, 2012a). São elementos fixos relacionados a uma escala maior que possibilitam a formação de uma região produtiva. Para Santos (2012a), são estas formas-conteúdo¹⁰ que dão aos recortes seu perfil regional.

Mesmo diante do dinamismo global e sua ocorrência sobre diversas áreas, algumas possuem maior capacidade de receber o impacto das novas relações sem necessariamente transformar o arranjo espacial das formas-conteúdo anteriores, enquanto outras recebem o efeito das novas relações e encontram uma nova organização interna (SANTOS, 2012a). Em outras palavras, algumas porções do espaço são marcadas por estruturas mais cristalizadas do que outras. Contudo, não se pode realizar uma interpretação consistente da realidade local ou regional a partir unicamente destas dimensões.

Os eventos em escalas superiores e em diferentes temporalidades contribuem para a compreensão dos subespaços, frutos, direta ou indiretamente, de forças gestadas à distância. Os subespaços, porém, possuem relativa autonomia decorrente da própria inércia das forças produzidas ou amalgamadas localmente, ainda que provenientes de influências externas ativas em fases anteriores (SANTOS, 2012a), o que caracteriza a individualidade destes recortes e sua diferenciação quanto ao seu entorno. Neste sentido, configurando-se uma formação social particular, integrante do todo, mas dele diferenciável.

¹⁰ A forma-conteúdo, segundo Santos (2012a), é a soma da configuração geográfica com a sociedade, resultando num só elemento: formas geográficas que contém frações da sociedade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito marxista de Formação Econômica e Social trazido à Geografia por Milton Santos sob a denominação, dentre outras, de Formação Social, mostra-se de grande aplicabilidade, conforme reiterada adoção pelos mais diversos autores, para compreensão dos mais variados espaços em diferentes temporalidades. Neste sentido, a histórica região produtiva de cana-de-açúcar dos estados de Pernambuco e Alagoas pode ser analisada sob a ótica da Formação Social, dentre outros fatores, pelo valor que atribui ao modo de produção como elemento formador da sociedade.

Apesar de Milton Santos considerar o Estado-nação como a unidade geográfica básica de análise, as próprias diferenciações internas que tais espaços possuem não só permitem como demandam a utilização de outras escalas, possibilitando, assim, reflexões sobre outros recortes, como as regiões, que, mesmo parte do Estado, um subespaço deste, possuem variada distribuição e combinação de recursos, dentre estes, os que à caracterizam economicamente, em termos produtivos. São sob os recortes regionais, como o exposto em tela, que se observa a possibilidade de análise sob o olhar da Formação Social, conceito que se mostra bastante adaptável e promissor dentro da Ciência Geográfica com suas múltiplas escalas espaciais.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **A Geografia da cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101436.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Área Geográfica publicada nos Censos**. 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 7 jun. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**: culturas temporárias e permanentes, 2019. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producaoagricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. O que é. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 14 jan. 2021.



CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. **Território**. Rio de Janeiro, ano V, n. 8, jan./jun. 2000, pp. 121-128. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2014/09/Rede-urbana-Lobato.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

CRUZ, Maria Clara da. O conceito de formação espacial: sua gênese e contribuição para a geografia. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, ano V, n. 9, 2003. pp. 67-83. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13444/8644>. Acesso em: 29 set. 2021.

DI MÉO, Guy. *Les formations socio-spatiales ou la dimension infra-régionale en géographie*. **Annales de Géographie**. Paris. t. 94. n. 526, 1985. pp. 661-689. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1985_num_94_526_20352. Acesso em: 29 set. 2021.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. 3 ed. Rio de Janeiro-São Paulo, 1978.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105037/endlich_am_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 set. 2021.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2009.

MATHIEU, Nicole. *Propos critique sur l'urbanization des campagnes*. **Espaces et Sociétés**. Toulouse. n. 12. Maio, 1974. pp. 71-89. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281865828_Propos_critiques_sur_l'urbanisation_des_campagnes. Acesso em: 29 set. 2021.

ROFMAN, Alejandro; ROMERO, Luis. **Sistema socioeconómico y estructura regional en la Argentina**. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, junho, 1977. pp. 81-100. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949>. Acesso em: 29 set. 2021.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2008. 228 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5 ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012a.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6 ed. 2 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012b.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012c. 384 p.

WAIBEL, Leo H. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 27. n. 4. Outubro-dezembro, 1955. pp. 389-422. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201955%20v17_n4.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.